

DIÁLOGOS ENTRE SOCIOLOGIA E EXTENSÃO RURAL

Flavia Soares Ramos¹
Sueli Eunice Nodari²

¹ Mestra em Sociologia Política e Doutoranda no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas na Universidade Federal de Santa Catarina. Contato: flavia.soares.ramos@gmail.com

² Professora do Departamento de História e do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas na Universidade Federal de Santa Catarina. Contato: eunice.nodari@gmail.com

RESUMO: O objetivo deste trabalho é verificar a interação entre as teorias sociológicas (geral e rural) e as práticas da extensão rural pública brasileira a partir de revisão de literatura e da consulta a documentos oficiais. Identificamos dois principais momentos: primeiro de implementação da extensão rural a partir da década de 1950, orientada especialmente pela tradição norte-americana de sociologia rural, a que não incluía a dimensão cultural nas suas reflexões. No segundo momento, a partir da década de 1980, a sociologia de modo geral passou a questionar seus próprios paradigmas e teoricamente acompanhou os desdobramentos das identidades emergentes com a nova configuração político-social brasileira. No campo da extensão rural, alguns profissionais defendiam a necessidade de conhecer cada realidade para atuar na melhoria da qualidade de vida das/os agricultoras/es na sua diversidade. A partir dos anos 90, algumas políticas públicas de desenvolvimento rural implementadas foram influenciadas por pesquisas sociais, incorporando conceitos que alteraram as normativas de trabalho da extensão rural pública. Consideramos que as pesquisas realizadas no âmbito da sociologia rural podem fornecer informações interessantes para o planejamento e a prática da extensão rural, mas que sua consideração efetiva depende diretamente das configurações do jogo político em que estão inseridas.

Palavras chaves: Políticas de extensão rural; desenvolvimento rural; sociologia rural

DIALOGUES BETWEEN SOCIOLOGY AND RURAL EXTENSION

ABSTRACT: The main goal of this article is to verify the interaction between sociological theories (general and rural) and the practices of the Brazilian public rural extension through literature review and search of official documents. We identified two central periods: first, the implementation of rural extension in the 1950s, guided primarily by the North American tradition of rural sociology, which did not include the cultural dimension in its reflections. In the second moment, from the 1980s onwards, sociology, in general, began to question its paradigms and to theoretically follow the unfolding of emerging identities within the new Brazilian social and political configuration. Also, in the field of rural extension, some professionals defended the need to know each farmer's reality in order to improve their quality of life in its diversity. Influenced by social research, some public rural development policies were implemented during the 1990s, incorporating concepts that changed the work regulations of public rural extension. We conclude that research carried out in the field of rural sociology can provide

interesting information for the planning and practice of rural extension, but that its effective consideration depends directly on the configurations of the political game in which they are inserted.

Keywords: rural extension policies; rural development; rural sociology

INTRODUÇÃO

Após um período de relativa estabilidade política, o Brasil agora convive diariamente com a incerteza quanto à continuidade de políticas públicas estabelecidas nos governos anteriores, dentre elas, as elaboradas no âmbito da promoção do desenvolvimento rural integral. Esse momento, portanto, é um convite à reflexão sobre a trajetória de tais políticas e os impactos na execução de trabalhos de extensão rural. Consideramos que as políticas públicas podem ser mais ou menos influenciadas por estudos acadêmicos, por isso, vamos analisar suas correlações mais especificamente com a sociologia rural.

Para esse objetivo, além das literatura acadêmica promovida pelas áreas de sociologia rural e extensão rural, foi realizado um resgate histórico através de documentos oficiais, os quais se combinam nessa análise. Em um primeiro momento, vamos apresentar algumas das principais características da sociologia rural desenvolvida nos Estados Unidos e na França, identificando as diferenças entre as duas perspectivas. De modo geral, percebemos que a perspectiva norte-americana, especificamente em sua origem, estava mais comprometida com a solução de problemas, tendo sido usada como alicerce de projetos desenvolvimentistas, inclusive no Brasil, o que será destacado em um segundo momento. A sociologia francesa, por sua vez, ao enfatizar a importância da cultura para a análise do mundo rural, adentra no mundo acadêmico brasileiro ainda durante a fase de modernização da agricultura, porém, suas contribuições serão mais efetivas no plano político a partir da década de 1990, tema esse da terceira parte deste artigo. Nesse período ainda, estudos realizados no âmbito acadêmico foram a base para o desenvolvimento de categorias importantes, como, por exemplo, agricultura familiar, categoria que segue sendo operacionalizada na disputa com o agronegócio por políticas públicas.

Sociologias do meio rural: prática norte-americana, filosofia francesa

A sociologia, na sua forma mais geral, nasceu a partir de dois principais fatos, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, que marcaram um conjunto de rupturas definitivas com o modo anterior de vida social. Se a primeira revolução alterou ideias e valores tradicionais, possibilitando o questionamento e a superação de explicações sobrenaturais, a segunda impactou diretamente no modelo produtivo e na distribuição demográfica, com crescentes fluxos migratórios no sentido campo-cidade. Assim, novos métodos de pesquisa e formas de explicar (ciência), combinados com a recente configuração social e produtiva (urbano/industrial), deram origem à sociologia, cujo objeto é “o estudo de grupos humanos e sociedades, enfatizando especificamente a análise do mundo industrializado” (Giddens, 2005, p. 576).

Nesse contexto urbano-industrial, natureza e meio rural parecem não ter espaço nas reflexões sociológicas. Ou seja, na *moderna* percepção-construção do mundo, a natureza poderia e deveria ser dominada, enquanto o rural, moldado para atender as necessidades de um novo mundo em formação, até que deixasse de existir, homogeneizando-se a partir do referencial urbano. Reconhecemos que essa perspectiva ainda hoje tenha adeptos, no entanto, a persistente manutenção dos espaços e populações rurais em diferentes níveis, combinado com os desastrosos impactos das revoluções verdes para o meio ambiente, pressionaram a consolidação desses temas na discussão sociológica sob diferentes perspectivas.

No Brasil, a sociologia rural e, consequentemente as políticas de desenvolvimento rural, tiveram influências externas, primeiramente norte-americana e, posteriormente, francesa. Nesse sentido, iremos esboçar algumas das características de cada uma delas. A começar pelos Estados Unidos, onde já no fim do século XIX, o meio rural demonstrava sinais de desestruturação, conforme salientado por Rios

“nessa época tendia a esgotar-se o patrimônio das terras incultas e faziam-se sentir os primeiros estrangulamentos da civilização industrial. A intensa migração do campo para as cidades criava problemas de despovoamento que atingiam em cheio as instituições rurais, principalmente as escolas e igrejas”. (Rios, 1979, p. 89)

Para compreender esse contexto (e modificá-lo), instituições religiosas, sobretudo protestantes, com apoio governamental, iniciaram os primeiros estudos sociais mais sistematizados sobre o meio rural. Logo após, o então presidente Theodore Roosevelt criou a Comissão da Vida Rural, que publicou, em 1909, um relatório com recomendações para “solucionar os *problemas*” identificados no campo naquele momento. Entre as sugestões, constavam “o estudo intensivo das condições que presidem à agricultura e à vida do camponês; a ampliação em âmbito nacional dos serviços de extensão rural e uma campanha em prol do progresso do agro” (*ibidem*, p. 90). Em 1914, em resposta a essas demandas, houve a promulgação da lei federal *Smith Lever Act*, que estabeleceu um sistema de serviços destinados à informação da população rural *in loco*¹ (Extensão Rural ou Agronomia Social Aplicada) sobre desenvolvimento da agricultura, economia doméstica e políticas públicas, com o apoio das universidades. A abordagem pedagógica difusionista², evidenciava projetos desenvolvimentistas, mas anunciava o objetivo de “melhoria da qualidade de vida” dos/as agricultores/as.

Para embasar essas práticas de extensão rural, houve ainda ampla difusão dos cursos de sociologia rural nas universidades norte-americanas, resultando nos primeiros estudos neste novo ramo da sociologia, como os de C. J. Galphin, de E. L. Morgan e de J. H. Kolb. De acordo com Evaristo de Moraes Filho (1937), em sua exposição (e defesa) da sociologia rural norte-americana para o público brasileiro, o primeiro tratado de sociologia rural é de P. L. Vogt, tendo sido publicado em 1920.

De acordo com esse histórico e na avaliação de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1969), a tendência norte-americana seria “voltada para a prática imediata, que pretende dominar um aspecto considerado atrasado e insatisfatório da realidade social para promover nele uma mudança mais rápida no sentido de modernização” (p. 7)³. Por esse motivo é que a sociologia rural norte-americana parece fincar sua atenção no presente, e como reforça Moraes Filho (1937, p. 3), “ela toma a comunidade como unidade da vida social contemporânea, preocupando com o seu lado histórico somente quando indispensável, e assim mesmo partindo do presente para o passado”. A partir dessa perspectiva, parece inevitável a condenação do rural ao fim por meio de um processo total de urbanização/industrialização, o que colocaria em xeque, inclusive, o próprio objeto e sua relevância, culminando no questionamento sobre se deveria haver uma *sociologia rural* no futuro.

Apesar da recomendação para se realizar estudos intensivos sobre as condições de vida dos camponeses, esse item parece ter sido negligenciado, de modo que as pesquisas desconsideravam a heterogeneidade da base sócio-cultural, e claro, também das condições ambientais a que estavam expostos os agricultores. Ou seja, os primeiros estudos da sociologia rural norte-americana pareciam dominados pela ideologia da igualdade entre os homens, de modo que, independente do ponto de partida, todos teriam condições de chegar no mesmo nível de desenvolvimento a partir das orientações técnicas recebidas. Se de um lado isso foi acolhido com surpresa (e certo desdém) por uma parte dos cientistas sociais devido a importância dos estudos culturais realizados nos Estados Unidos já nesse período, por outro, pode-se considerar que a exclusão de tais variáveis viabilizou a realização de grandes estudos quantitativos sobre o mundo rural, o que é admirado por outros pesquisadores, mas principalmente para formuladores de projetos de desenvolvimento.

Na França, a sociologia rural teve seu período de efervescência depois da II Guerra Mundial, quando foi iniciado o processo de modernização da sua agricultura (Cazella, 2012). Seu ponto de partida é, porém, uma reflexão de cunho mais filosófico sobre a proclamada homogeneização progressiva do meio rural pelo meio urbano. Para alguns autores, essa diferença de perspectiva entre a sociologia norte-americana e francesa ocorre por causa da trajetória histórica e formação demográfica desses países. Ou seja, se na França havia uma longa tradição de campesinato, que demandou profundas transformações sociais no processo de modernização, nos Estados Unidos, essa tradição inexistiu. Para Henri Mendras, considerado o fundador da sociologia rural francesa, tal questão dificulta a caracterização do agricultor moderno, pois “(...) nos países onde o camponês tradicional existiu e existe ainda, o agricultor moderno está se formando, e nos países novos ele se reveste de comportamentos que não terá, provavelmente, em outra parte” (Mendras, 1969, p. 59).

Esse autor descreve, de modo geral, a trajetória da evolução da estrutura social no meio rural francês, a começar pelo período em que as comunidades rurais eram autônomas e autossuficientes, desembocando em um “apogeu demográfico” durante o século XIX. Nesse período, já pós-Revolução Industrial, as cidades e centros urbanos com indústrias demandavam mão-de-obra, tornando-se o principal destino para as diversas camadas da população que até então ocupavam o meio rural. Para Mendras (*ibidem*, p. 46), “reduzida à metade,

¹ Ou seja, os profissionais deveriam assumir a posição de professores extra muros (Timmer, 1954)

² Baseadas na teoria da comunicação clássica (sentido unidirecional: da fonte para o receptor - quem transmite a informação é sujeito, quem recebe é objeto), com relação vertical e autoritária (Mussoi, 2011)

³ Essa perspectiva reforça a ideia da sociologia como “(...) uma poderosa arma a serviço dos interesses dominantes”, em contraposição àquela que a considera como uma “expressão teórica dos movimentos revolucionários”, conforme explica Carlos B. Martins em texto introdutório sobre o que é sociologia: “a sociologia constitui um projeto intelectual tenso e contraditório” (Martins, 2004, p. 7)

às vezes a dois terços, limitada a um grupo de exploradores agrícolas, a sociedade aldeã perde assim o tamanho e a diversidade, condições de sua autonomia social e cultural”. A fragmentação e o isolamento das comunas impulsionou novas formas de interação e organização no meio rural, como a articulação em distritos centrais, o que para Mendras, claramente não se tratava de homogeneização ou urbanização total: mantinham-se certas características específicas da ruralidade. A ênfase no processo de transformação da sociedade rural tradicional com a manutenção de alguma especificidade, marca uma importante diferença entre a sociologia rural francesa e a norte-americana.

Além disso, e ainda dentro do núcleo de interesse francês, há todo um conjunto de considerações quanto às condições materiais de existência, como, por exemplo, a exploração e esgotamento dos recursos naturais ou a submissão ao espaço e à natureza; e também quanto aos aspectos sociais e (mais) psicológicos, como o desdobramento dos papéis que deveriam ser desenvolvidos pelo mesmo ator para tornar-se um agricultor moderno⁴. Nesse texto, Mendras sinaliza vários temas de pesquisa que poderiam ser assumidos pela sociologia rural, sempre relacionadas às peculiaridades locais⁵. Desse modo, diferente da perspectiva norte-americana, a(s) cultura(s) assume(m) centralidade nas reflexões, perspectiva que simultaneamente confronta a ideia de homogeneização sócio-cultural ou fim do rural.

Sociologia Rural e Extensão Rural no Brasil até 1990

A distinção legal entre rural e urbano somente foi regulamentada no Brasil com o Decreto-Lei nº 311, assinado pelo então presidente Getúlio Vargas, em 1938 (Wanderley, 2013). É nesse período que são iniciados os grandes projetos nacional-desenvolvimentistas no país, momento em que passa a ter relevância fundamental não apenas fomentar a criação de cidades, mas também, diferenciá-las do espaço rural, considerado como “atrasado e inadequado” para acompanhar tais projetos. Ou seja, antes disso, o país se caracterizava sobretudo por sua condição agrário exportador, onde não havia projeção acentuada de tensões entre urbano/industrializado e rural/agrário, como já observado em outros países.

Nesse contexto, de um país com recente orientação desenvolvimentista e ideal progressista, é que identificamos a sociologia rural norte-americana como a primeira grande influência no pensamento social brasileiro, embora tenha sido acolhida décadas após seu início naquele país. Evaristo de Moraes Filho, em artigo publicado em dezembro de 1937 no *Jornal do Commercio*, é um dos primeiros a chamar a atenção para essa nova especialidade disciplinar:

Excetuando o Sr. Sérgio Buarque de Holanda, ninguém falou desse novo ramo da sociologia no Brasil. Nem mesmo o Sr. Gilberto Freyre, que costuma ser o divulgador, entre nós, dos mais recentes estudos sociológicos norte-americanos, como já o fizera com a antropologia cultural e com a ecologia. (...) Houve outros – e foram muitos – que, embora, sem falar nas recentes escolas americanas ou européias, estudaram sociologia rural e a nossa formação agrária. (p. 1)

Na década de 1940, porém, inaugura-se um período de proliferação dos centros universitários dedicados às pesquisas sociais sobre o mundo rural, especialmente em São Paulo, estado esse cuja capital logo tornou-se a maior cidade do Brasil e, que rapidamente, se transformou no pólo industrial mais importante do país. No contexto acadêmico, elaborou-se um consenso teórico do mundo rural como um “(...) espaço de dominação das forças sociais tradicionais, politicamente atrasadas, baseadas na propriedade latifundiária e em relações sociais não capitalistas.” (Wanderley, 2013, p. 431-432). Em contraposição, apresentava-se e oferecia-se como substituto desse mundo arcaico, as cidades e suas forças progressistas.

Na década seguinte, 1950, iniciou-se o processo intensivo de industrialização da agricultura, adotando-se como modelo a experiência norte-americana de extensão rural⁶. Marcam esse período dois fatos: a criação da primeira Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) em 1949, a partir de um acordo entre o governo

⁴ O camponês é um cultivador dos interesses familiares, enquanto o agricultor moderno deve ser gerente, administrador, comerciante, inovador/experimentador, e ainda conciliar os interesses da unidade produtiva com os da família. Nesse ponto fica bastante nítida a confusão de papéis que experimentam os camponeses que saem da restrita comuna para ingressar na sociedade global.

⁵ “Como a transformação da ecologia rural é traduzida na mentalidade dos rurícolas?” (Mendras, 1969, p. 47); “um grande estudo poderia ser feito sobre a difusão dos traços da cultura urbana no meio rural. (...). O papel dos meios de difusão de massa mereceria uma atenção especial.” (*ibidem*, p. 57); “É necessário, então, atravessar as fronteiras francesas e européias para estudar os mesmos problemas nos contextos sociais completamente diferentes” (*ibidem*, p. 60)

⁶ No Brasil, já a partir de 1860, podemos observar na legislação algumas iniciativas que podem ser classificadas como de extensão rural, embora Peixoto (2008, p. 11) afirme que tais propostas tenham sido “muito rudimentares ou implícitas em outras políticas públicas”.

estadual mineiro e a Fundação Rockefeller⁷ (Silva, 2013); e a publicação da obra “Planejamento do trabalho em Extensão Agrícola” em 1954, de Willy Johan Timmer, norte-americano especialista em Extensão Agrícola da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura)⁸. Essa obra permanece como um importante referencial no campo da Agronomia/Extensão Rural, pois as ideias apresentadas tornaram-se hegemônicas durante o período da modernização da agricultura nas décadas posteriores (ou possibilitaram tal processo?) e permanecem orientando a prática de muitos profissionais das ciências agrárias⁹, sendo esse motivo pelo qual não hesitamos em tomá-lo como referência nessa reflexão.

O livro é composto por uma série de palestras que, nas palavras do autor, revelam aquilo que pode ser “considerada como um reflexo da verdadeira extensão agrícola” (Timmer, 1954, p. 13). Reforçamos que o “verdadeiro processo” descrito por Timmer é aquele elaborado nos Estados Unidos, e há de se considerar seu contexto de criação (que desconsidera contextos locais) e seus objetivos. Ou seja, as práticas desse processo tendiam a desprezar as peculiaridades sócio-culturais e defender que, a partir das mesmas oportunidades e guiados pelos mesmos objetivos, todos chegariam a um determinado nível econômico¹⁰. É certo que há momentos em que Timmer parece reconhecer a existência da cultura em sua diversidade e a necessidade de a/o extensionista conhecê-las, mas claramente *para obter bons resultados*. E assim revela o sentido estritamente instrumental desse conhecimento, “(...) sobretudo porque a extensão agrícola significa alteração dos modos de querer, de pensar e de fazer do homem rural. Quando essa alteração se processa, há uma mudança na cultura rural” (*ibidem*, p. 67). Não deixamos de notar, ainda, que o próprio autor aborda a extensão pelo seu viés setorial (agrícola) e não territorial (rural).

Assim, apesar de a extensão implementada no Brasil seguir o modelo norte-americano e esse ter sido inspirado em resposta às pesquisas realizadas naquele país (o que o fez reproduzir aqui propostas e referenciais inteiros), os estudos de sociologia rural realizados no país certamente as corroboraram sem dificuldade. Ou seja, as propostas e ações de extensão rural para a modernização da agricultura estavam, de um lado, ancoradas na imagem do atraso, da marginalização e da inadequação do meio rural traçada por parte dos cientistas sociais brasileiros; e do outro, inebriadas pelo ideal de modernidade (um clássico da sociologia), pendendo para a normatividade, claramente recomendando como os camponeses deveriam ser: não camponeses, mas agricultores modernos.

O projeto de modernização da agricultura foi bastante intensificado especialmente após o Golpe Militar, em 1964. Para Ademir Cazella (2012, p. 1), esse processo desconsiderou as “reflexões acadêmicas da nascente disciplina brasileira de sociologia rural”. Além disso, é considerável que o contexto ditatorial buscou vetar posicionamentos de caráter mais críticos, embora tenham sido feitos. Como exemplo, duas obras de 1969, uma de sociologia e uma de extensão.

A primeira trata-se de uma coletânea organizada por Maria Isaura Queiroz, que discute a diferença entre a sociologia rural norte-americana e francesa. Essa obra evidencia a negligência dos aspectos culturais da primeira corrente e apresenta possíveis temas de pesquisas e reflexões com traduções de textos de sociólogos ligados à tradição francesa, como do francês Henry Mendras, do russo Georges Gurvitch, e do indiano Santipriya Bose, esse crítico da “excessiva simplificação de problemas” norte-americana. Definitivamente posicionada a favor da sociologia rural francesa, a autora reforça a importância da sociologia rural considerar as especificidades culturais em suas análises, defendendo seu argumento com a seguinte questão: “sistema de valores, sistemas religiosos, sistemas filosóficos, provenientes de outros horizontes culturais, não influenciarão a difusão de técnicas e de atitudes, provenientes da civilização capitalista ocidental, e difundidos num meio rural que a esta não pertence?” (Queiroz, 1969, p. 17). Sinaliza, porém, que, na época em que escreve, apenas se iniciava a consideração de tais fatores nas pesquisas brasileiras.

⁷ O sistema ACAR foi ampliado no território nacional, chegando a 23 unidades até 1974. Entre seus principais objetivos, estão a) estender a promoção agrícola à família rural; b) melhoria da organização da economia doméstica; c) disseminação de técnicas modernas de produção e administração (Instituto Cultiva, 2007)

⁸ Timmer também foi responsável pela criação do primeiro Serviço de Extensão estadual no Brasil, em parceria com a Secretaria de Agricultura do Estado da Paraíba.

⁹ Durante o estágio de docência na disciplina de Extensão Rural para as fases finais dos cursos de Agronomia e Zootecnia da Universidade Federal de Santa Catarina, essa obra foi trabalhada como marco zero da ATER no Brasil, e foi feito um esforço para identificar quais aspectos pedagógicos apresentados permanecem nos discursos e práticas atuais dos profissionais. Muitas das práticas parecem naturalizadas pelos estudantes.

¹⁰ Talvez esse seja o motivo que autoriza Timmer a tecer julgamentos de valor até mesmo sobre a espiritualidade camponesa. Em suas palavras: “Já vimos que a extensão deve esclarecer os agricultores no conhecimento dos diversos elementos que podem constituir um elevado nível de vida, isto é: melhor agricultura, melhores casas, melhor nutrição, inclusive cultura mental e espiritual” (Timmer, 1954, p. 24).

A segunda obra que gostaríamos de destacar é de Paulo Freire, que, no entanto, não foi publicada no Brasil no citado ano, mas no Chile, pelo Instituto de Capacitación e Investigación en Reforma Agrária, durante seu exílio naquele país. Nesse trabalho, Freire denuncia a perspectiva pedagógica hegemônica da extensão rural e *as violências* do método difusionista¹¹. Ao sublinhar o construtivismo como alternativa mais eficaz, afirma uma eficácia que não corresponde ao produtivismo em si, mas à satisfação das reais necessidades das populações rurais, conforme suas próprias aspirações. Assim, a cultura local é reafirmada enquanto cultura válida.

Durante os anos 70, o modelo difusionista de extensão rural permaneceu hegemônico, levado a cabo na prática por profissionais que desde a década anterior tinham a disciplina de extensão rural nas faculdades de ciências agrárias. Segundo Tatiana Balem (2015, p. 18), “criou-se um modo eficaz de reproduzir profissionais da agropecuária para assumir acriticamente a tarefa difusionista levada avante pela ACAR”. Em 1974, houve a criação da EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura e integrada à EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). A EMBRATER estava autorizada a dar apoio financeiro às instituições estaduais oficiais que atuassem em Ater e pesquisa agropecuária (Silva, 2013)¹². Mesmo com a capitalização estadual das agências de ATER, os serviços, nesse momento, estavam “intimamente vinculado tanto à estrutura de propriedade e de poder do sistema social rural” (*ibidem*, p. 155), o que foi bastante efetivo para alterar as configurações do rural no país por via da exclusão. Ou seja, os agricultores mais pobres foram sendi excluídos dos serviços de extensão rural, uma vez que os resultados esperados eram principalmente obtidos quando os trabalhos eram desenvolvidos entre médios e grandes produtores. Sem acesso aos mesmos recursos, substituídos por máquinas e insumos (no caso dos trabalhadores rurais), e pressionados pelos concorrentes mais consolidados, o resultado principal foi o massivo êxodo rural. A insustentabilidade do modelo de produção desenvolvimentista, não apenas no nível sócio-econômico mas também ambiental, provavelmente se explicitou antes para os profissionais que estavam na ponta do processo, ou seja, os extensionistas. Ainda nessa década, os extensionistas tiveram papel importante no apoio aos nascentes movimentos ambientalistas baseados em propostas de agricultura alternativa (Peixoto, 2008), os quais ganharam força especialmente a partir de 1990.

No campo acadêmico até 1970, as traduções e interpretações dos clássicos da sociologia privilegiavam as explicações da estrutura social em detrimento às físicas ou ambientais, e a sociologia rural ainda colocava-se refratária à incorporação das especificidades culturais em suas análises, como recorda Maria Ignez Paulilo (2016) em sua coletânea de 40 anos de pesquisa. A socióloga rural relata algumas dificuldades enfrentadas em sua primeira pesquisa com mulheres rurais, iniciada em 1974:

“(...) as agricultoras só apareciam nos trabalhos sob dominância dos estudos de família e comunidades rurais, nunca como objeto principal de estudo. Essa postura não era gratuita, vinha no bojo de uma forte convicção de que a agricultura familiar iria desaparecer diante da “proletarização do campo” ou “penetração do capitalismo no campo”, teorias baseadas principalmente nas obras de Lênin e Kautsky. (...) queríamos pensar o rural em termos marxistas, “enquadrar” o rural em conceitos já existentes” (Paulilo, 2016, p. 18)

Tais questões começaram a ser mais debatidas nesse período devido ao retorno ao país de cientistas sociais que foram estudar na França nas décadas anteriores, como é o caso de Maria Isaura de Queiroz e Maria de Nazareth B. Wanderley, por exemplo, consolidando o vínculo com a sociologia rural francesa e ampliando sua divulgação no Brasil¹³.

Nos anos 80 iniciou-se o processo de reabertura política e redemocratização do país. Nesse contexto os profissionais de extensão articularam um movimento chamado “Repensar da Extensão Rural”, através do qual buscaram desenvolver ou aprimorar metodologias participativas, visando centralizar a experiência, o conhecimento e a cultura dos agricultores, inclusive com apoio da EMBRATER¹⁴. A Federação de Estudantes

¹¹ “A propaganda, os slogans, os “depósitos”, os mitos, são instrumentos usados pelo invasor para lograr seus objetivos: persuadir os invadidos de que devem ser objetos de sua ação, de que devem ser presas dóceis de sua conquista. Daí que seja necessário ao invasor descaracterizar a cultura invadida, romper seu perfil, enchê-la inclusive de subprodutos da cultura invasora.” (Freire, 1977, p. 42)

¹² “O setor privado também se envolveu nos serviços de ATER, sendo realizado tanto por bancos devido à expansão significativa do crédito rural: quanto por cooperativas e empresas, mediante a realização de compra e venda de insumos agrícolas; seja de máquinas e equipamentos; seja de sementes, adubos e defensivos; seja na integração da produção.”(Silva, 2013, p. 156)

¹³ Alguns orientandos de Wanderley posteriormente tornaram-se influentes no campo da sociologia rural, já com essa perspectiva francesa, como Leonilde Sérvo de Medeiros, Alfio Brandenburg, Sergio Schneider, Ricardo Abramovay, Regina Bruno, entre outros. (Favareto *In*: Wanderley, 2011)

¹⁴ Em 1985, após a eleição de Tancredo Neves, foram nomeados profissionais progressistas para cargos executivos, dentre eles, estava o extensionista Romeu Padilha de Figueiredo na presidência da EMBRATER, que afirmou, no momento de sua posse, que a extensão

de Agronomia do Brasil (FEAB), que já vinha buscando entender criticamente o sistema agropecuário brasileiro e aproximar as universidades das reais demandas dos trabalhadores e produtores rurais, realizou o primeiro Estágio de Vivência, no Mato Grosso do Sul, em 1989. No entanto, apesar do avanço metodológico (e crítico), o modelo agroquímico permaneceu hegemônico (Balem, 2015),

Segundo Wanderley (2011), nesse período os estudos rurais (e ambientais) deram um grande salto devido a três fatores: o aprofundamento da crítica ao modelo produtivista por conta dos seus efeitos ambientais, sociais e econômicos; a possibilidade de consolidação de diversos movimentos sociais, dentre eles o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) em 1985; e ainda, o que se costuma chamar de “crise dos grandes paradigmas das ciências sociais”¹⁵. Dentre os temas de pesquisa mais recorrentes, estava a questão da luta pela terra, especialmente por conta da violência esmagadora sobre os camponeses.

Apesar dos embates durante a constituinte, a Constituição de 1988 deixou de se comprometer totalmente com a reforma agrária, conforme demandado pelos movimentos sociais. Porém, seu texto passou a reconhecer legalmente “novos sujeitos” de direito, cujas identidades sociais específicas estão muitas vezes ligadas à relação dos humanos com a natureza e/ou com sua trajetória histórica. Nesse sentido, houve um encontro entre a diversidade sócio-cultural e a diversidade sócio-ambiental, de modo que, do meio rural outros atores começaram a projetar suas vozes em defesa daquilo que os tornam peculiares: a floresta, o rio, a terra, ou seja, o modo de vida.

Sociologia e extensão rural pós 1990

Apesar de o processo de abertura política ter sido iniciado na década de 1980, culminando na promulgação da Constituição em 88, é somente a partir de 1993 que começam a entrar em vigor as regulamentações estabelecidas então. Tais regulamentações, porém, tiveram que conciliar-se com o projeto neoliberal assumido pelo governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que se prolongou por dois mandatos, até 2002.

Ainda assim, no âmbito das questões rurais, percebe-se uma importante mudança no sentido de desenvolvimento. Ou seja, se antes desenvolvimento rural era entendido unicamente como “a agenda das ações de intervenção do Estado ou das agências de desenvolvimento, [o que] acabou afastando estudiosos do tema por considerá-lo excessivamente político e normativo” (Schneider, 2010, p. 512), o novo contexto favorecia sua discussão sobre novas bases, incluindo temas como reforma agrária, territórios e ações afirmativas, reforçando a ideia de rural para além de espaço meramente produtivo. A essa nova perspectiva de desenvolvimento rural foi adicionado o adjetivo “sustentável” (e posteriormente também “territorial”), que segundo Maria de Nazareth Wanderley (2011, p. 119) visava afirmar a “preponderância da natureza nesse tipo de espaço e a presença do pequeno grupo, no qual predominam as relações de proximidade e interconhecimento”. Nesse sentido, a elaboração do conceito de agricultura familiar por estudiosos e sua afirmação enquanto categoria política na década de 1990, é particularmente importante e permanece até os dias de hoje, sendo a base para a formulação de políticas públicas diferenciadas para esse público, como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) em 1996.

Para articular as ações voltadas à promoção dessa nova perspectiva de desenvolvimento rural, focada na agricultura familiar, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no final dos anos 90, tendo sido derivado de outras estruturas. Para muitos, esse novo ministério fazia contraponto aos interesses defendidos pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA). Para Ademir Cazella (2012), essa nova estrutura ministerial (a saber, muito menor em recursos financeiros e poder político que o MAPA¹⁶) estabeleceu intensos diálogos entre os gestores de políticas públicas e sociólogos rurais, bem como favoreceu e estimulou a própria formação desses gestores em cursos de mestrado e doutorado em socioeconomia rural. Nesse sentido, Schneider sustenta que “a formulação da agenda de ações do Estado tem sido menos influenciada pelos demandantes diretos das políticas, no caso os agricultores e as populações rurais, do que pelos estudiosos e mediadores” (Schneider, 2010, p. 518). Isso não quer dizer que havia um consenso entre todos os pesquisadores, mas pelo contrário, havia diversas interpretações da realidade em disputa, das quais se originam diferentes propostas.

daria prioridade aos pequenos e médios produtores. Nesse momento, a sociedade civil teve importante participação na elaboração da nova política de ATER, inspirada pelas propostas construtivista de Paulo Freire (Thomson *et al.*, 2018)

¹⁵ A crise de paradigmas refere-se ao problema da infertilidade das antinomias clássicas da sociologia, o que levou a um esforço para superá-las, como indica Corcuff (1998). Um exemplo é a crítica de Giddens (1989) à suposta divisão entre micro e macrosociologia, que impede trabalhar simultaneamente com a perspectiva do agente e da estrutura, o que para ele, é inseparável.

¹⁶ De acordo com Thomson *et al.* (2018), o MDA só recebeu recursos humanos e materiais significativos a partir de 2003, ou seja, no governo de Luís Inácio Lula da Silva.

Nesse período ainda, houve a descentralização política e financeira, prevista na Constituição de 88, tornando os estados e municípios responsáveis pela execução de parte das políticas públicas, dentre elas, as de desenvolvimento rural. Assinalamos duas consequências. Por um lado, houve o desencadeamento de uma crise nos órgãos estaduais de extensão rural, muitos dos quais foram fechados por falta de recursos financeiros, especialmente após a extinção da EMBRATER, em 1990, quando a extensão rural foi assumida pela EMBRAPA. Mas por outro, houve a possibilidade de emergência de novos atores de desenvolvimento rural, dentre eles Organizações Não-Governamentais (ONG's), sindicatos e organização dos próprios agricultores (Thomson *et al.*, 2018), que assumiram em grande medida a extensão rural, muitas vezes orientados por teorias e práticas agrícolas de base ecológica.

Mesmo que muito reduzida com a extinção da EMBRATER, a extensão rural pública não desapareceu totalmente nos anos 90, tendo passado, inclusive, por uma experiência de terceirização através do projeto LUMIAR. Esse projeto foi coordenado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e objetivava oferecer os serviços especialmente aos assentados da Reforma Agrária (*ibidem*). No entanto, como indica Tatiana Balem (2015), denúncias de desvio de recursos por entidades terceirizadas culminaram no fim do projeto no ano 2000, deixando um vácuo no atendimento desse público.

Nessa década de 90, no que concerne ao campo de pesquisas acadêmicas, destacamos o Projeto Urbano, criado em 1996 sob a coordenação de José Graziano da Silva. Esse projeto contou com a participação de mais de 40 pesquisadores universitários de 11 estados brasileiros. Tamanha capilaridade foi fundamental para qualificar as informações estatísticas da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) sobre as ocupações e as rendas das famílias rurais em diferentes regiões do país, afirmando a existência de novas ruralidades no Brasil¹⁷. Duas considerações parecem essenciais para as políticas públicas que serão implementadas nos anos posteriores: a primeira é de que o espaço rural não era exclusivamente agrícola e, a segunda, a da existência de uma multidão de “sem-sem”, ou seja, de uma população historicamente excluída do acesso às políticas públicas, terra, emprego, saúde, educação ou seja, sem nada. Logo após a assunção do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, José Graziano da Silva foi chamado para assumir o cargo de Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome. Enquanto tal, foi responsável pela criação do Programa Fome Zero, que sob coordenação geral do MDA, articulou uma série de outros ministérios e políticas públicas.

Também em 2003, o MDA assumiu totalmente a competência sobre a extensão rural pública e construiu através de fóruns junto à sociedade civil, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), de caráter público, objetivando contemplar o diverso tecido social que constitui a agricultura familiar. De acordo com Raimundo Pires Silva (2013, p. 156), “a política atual de ATER, em sua concepção, busca assumir um caráter transversal com as políticas fins do ministério, com objetivos, estratégias, metodologias e práticas compatíveis com mudanças no cenário da agricultura familiar”.

Dentre as muitas ações voltadas para a promoção do desenvolvimento rural no âmbito do MDA, destacamos apenas uma para exemplificar: o Programa Territórios da Cidadania, lançado em 2008. Ao adotar com centralidade o conceito território (que como visto é usado para qualificar o tipo de desenvolvimento rural proposto nesse período), o programa reforçou a ideia do rural não apenas como espaço geográfico e/ou produtivo, incluindo outras dimensões: “Foram definidos conjuntos de municípios unidos pelas mesmas *características econômicas e ambientais* que tenham *identidade e coesão social, cultural e geográfica*” (MDA, 2008, p. 2, grifo nosso). Os extensionistas, nesse contexto, assumiram um papel muito mais relevante enquanto educadores e facilitadores de acesso às políticas públicas, do que meramente divulgadores de novidades tecnológicas e/ou um assistentes técnicos.

Feitas essas considerações, não podemos deixar de reconhecer que o agronegócio também teve importantes (e caros) incentivos governamentais para seu crescimento expressivo¹⁸. André Meloni Nassar (2011), em artigo sobre o MDA e MAPA, indica que “Enquanto o orçamento do Mapa (sem incluir Conab e Embrapa, que operam para os dois, e o Fundo de Defesa do Café) cresceu 80% de 2004 a 2010, o do MDA (excluindo o Incra) cresceu 680%. Vale lembrar que o orçamento do MDA ainda é apenas 25% do do Mapa”.

¹⁷ De acordo com Sérgio Schneider (2003), pesquisador do projeto desde 1997, “Esse novo rural seria composto, basicamente, por três grupos de atividades, a saber; uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias; um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer, e à várias atividades industriais e de prestação de serviços, e; um conjunto de ‘novas’ atividades agropecuárias, impulsionadas por nichos especiais de mercado (no texto de 1999, Graziano incluiu ainda um quarto grupo, formado por atividades de subsistência assentadas em uma agricultura rudimentar de pequeno porte, também chamados de ‘sem-sem’, que foram excluídos pelo processo de modernização que gerou o agribusiness)”

¹⁸ De acordo com artigo publicado por Luis Carlos Guedes Pinto, Ministro do MAPA em 2006, “A competitividade do setor impulsionou as exportações de US\$ 20,6 bilhões em 2000 para US\$ 43,6 em 2005 e para US\$ 48,3 bilhões, nos últimos 12 meses (novembro de 2005 a outubro de 2006).” (Pinto, 2006, p. 3).

A gritante diferença nos orçamentos demonstra que, apesar do reconhecimento da agricultura familiar em sua diversidade, do seu potencial produtivo, e da necessidade de investimentos para sua manutenção e para a promoção do desenvolvimento rural de modo geral, os governos dos petistas Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff mantiveram, em certa medida, um pacto pelos interesses do agronegócio.

Ainda no primeiro mandato de Rousseff, na segunda década do século XXI, o Ministério do Desenvolvimento Agrário começou a perder espaço, bem como a extensão rural pública com enfoque na agricultura familiar. Em 2013, após intensas negociações entre o MAPA e MDA, foi criada a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER). Nessa disputa, porém, o MDA perdeu a responsabilidade quanto ao processo de qualificação dos profissionais de ATER no país, passando então ao Departamento de Transferência de Tecnologia da EMBRAPA (MUSSOI, 2015). Como sabido, os interesses defendidos pelo MAPA e pela EMBRAPA, historicamente, não correspondem à diversidade social, cultural e ambiental presente no meio rural brasileiro. Além disso, hoje podemos compreender que esse recuo na atribuição do MDA sobre a extensão rural abria o caminho para a posterior extinção deste ministério, em 12 de maio 2016, mesmo dia em que o Senado Federal aprovou a abertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff.

Inicialmente as competências desse Ministério foram transferidas para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), mas dias depois sofreram nova transferência, desta vez para a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, ligada a Casa Civil da Presidência da República. Em 2019, através do Decreto nº 9.667, de 2 de janeiro, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento assumiu essas responsabilidades através da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo.

Para finalizar, ilustramos o contexto mais recente da ATER no país através da figura 1, retirada do sítio eletrônico da Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Sustentável (SEAD), especificamente pela Diretoria de Gestão Estratégica, Monitoramento e Avaliação (DGMA), a partir do banco de dados do Sistema Informatizado de ATER, em 01 de março de 2019¹⁹. Especificamente, a figura demonstra o número de famílias beneficiadas pelos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural no país, de 2011 a 2019.

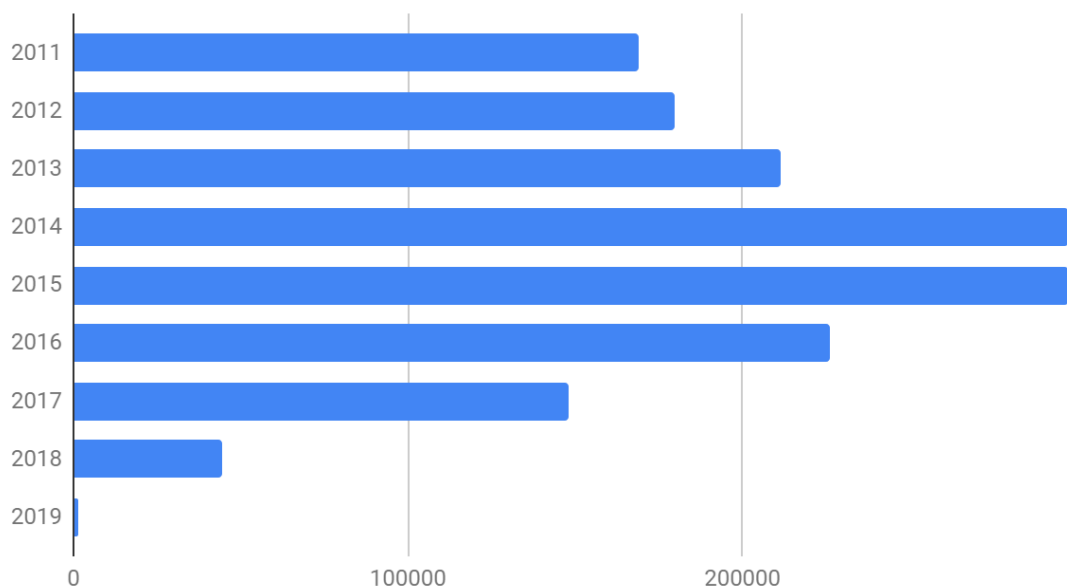


Figura 1: Número de famílias beneficiadas pela ATER (DGMA, 2019)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo, buscamos refletir em que medida ocorre o diálogo entre a teoria sociológica, a geral e a especificamente rural, e as políticas de desenvolvimento rural, especialmente no que concerne aos serviços de extensão rural no Brasil. Identificamos dois principais momentos: primeiro o de implementação da extensão

¹⁹ Data de última atualização, verificado em janeiro de 2020.

RAEI

rural no Brasil, orientado pela tradição norte-americana de sociologia rural. Nesse momento, a dimensão cultural não era propriamente incluída nas reflexões uma vez que a ênfase se orientava para um modelo de desenvolvimento hegemônico. No segundo momento, a partir da década de 70, a sociologia rural francesa ganha maior visibilidade entre os intelectuais brasileiros, que aos poucos incorporam outras dimensões em suas pesquisas.

Nos anos 80, o contexto sócio-político do país estava efervescente, e, pós ditadura, emergiram diversos movimentos sociais rurais e ambientais que impulsionaram uma nova onda de estudos e críticas ao modelo desenvolvimentista. Nesse período, no campo da extensão rural, “acumulavam-se experiências pessoais de agrônomos e técnicos de agricultura em geral sobre as consequências danosas, veladas pela ausência de estatísticas, dos agrotóxicos” (Carvalho *et al.*, 2017). Essas e outras constatações, aproximaram os extensionistas de propostas de agriculturas alternativas, o que demandava conhecimento específico de cada realidade para que pudessem atuar na melhoria da qualidade de vida de acordo com o entendimento dos sujeitos para quem trabalha, ou seja, as/os agricultoras/es na sua diversidade.

Nos anos 90, algumas alterações conceituais foram relevantes, sendo que sua prática pode ser melhor observada a partir dos anos 2000, especialmente com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Nesse ínterim, foram desenvolvidas e implementadas políticas de desenvolvimento rural a partir de um intenso diálogo com acadêmicos e estudiosos sobre a realidade rural brasileira.

Nos abtemos de seguir a análise até os dias atuais, uma vez que, depois do *impeachment* da Presidenta Dilma Rouseff, mas especialmente após a assunção de Jair Bolsonaro à presidência em 2019, os caminhos e perspectivas são incertos. Podemos salientar, no entanto, que a política adotada pelo governo atual está inequivocamente ligada aos grandes grupos econômicos que o apoiam, dentre eles, o agronegócio, de modo que é perceptível uma retração das políticas voltadas especificamente à agricultura familiar. Salientamos, por exemplo, o Plano Safra 2019/2020, onde se pode ler na sua apresentação que “Depois de duas décadas separados, o pequeno, o médio e o grande produtor rural estão trabalhando juntos para garantir a segurança alimentar do Brasil e do mundo”²⁰, ou seja, há uma construção narrativa para afirmar a existência de uma única agricultura no país. Mas sabemos: não se trata de farinha do mesmo saco.

Fonte de financiamento

Esse trabalho foi realizado no âmbito do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

REFERÊNCIAS

- Balem, T. A. (2015). Extensão e desenvolvimento rural. *Rede e-Tec Brasil*. 124p.
- Carvalho, M. M. X.; Nodari, E. S.; Nodari, R. O. (2017) “Defensivos” ou “agrotóxicos”? História do uso e da percepção dos agrotóxicos no estado de Santa Catarina, Brasil, 1950-2002. *Revista História, Ciências, Saúde*, 24 (1), 75-91.
- Cazella, A. A. (2012). Agricultura familiar: ainda é possível se diferenciar. *Artigos Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA)*, 43, 1-5.
- Corcuff, P. (2001). As novas sociologias: construções da realidade social.
- Freire, P. (1977). Extensão ou Comunicação?
- Giddens, A. (2005). Sociologia.
- Giddens, A. (1989) A constituição da sociedade.
- Instituto Cultiva. (2008). Indicadores de avaliação de resultados de ATER.
- Martins, C. B. (2004). O que é sociologia.
- Martins, J. S. (2001). O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. *Estudos Avançados*, 15 (43), 31-36.
- Mendras, H. (1969). Sociologia do meio rural. *Sociologia Rural*. 41-63
- Moraes Filho, E. (1937). Introdução à Sociologia Rural. *Jornal do Commercio*, 12/12/1937. 5p.

²⁰ Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/plano-safra>

RAEI

- Mussoi, E. M. (2011). Enfoques pedagógicos de intervenção em Extensão Rural e Pecuária. *Métodos de Comunicação e Participação nas Atividades de Extensão Rural*. 1-35
- Nassar, A. M. (2011). O MDA maior que o Mapa? *Jornal Estadão*.
- Peixoto, M. (2008). Extensão Rural no Brasil - Uma abordagem histórica da legislação. 50 p.
- Pinto, L. C. G. (2006). O crescimento recente do agronegócio brasileiro. *Revista de Política Agrícola*. XV (3), 3-4.
- Queiroz, M. I. P. (1969). Sociologia Rural.
- Rios, J. A. (1979). O que é e como surgiu a sociologia rural. *Ciência. & Trópico*, 1W, 85-103
- Schneider, S. (2003). Rurbanização e pluriatividade: o mercado de trabalho não-agrícola e a pluriatividade das famílias em áreas rurais (um estudo de caso). *Desigualdades sociais: pobreza, desemprego e questão agrária*, 151-188
- Schneider, S. (2010). Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. *Revista de Economia Política*, 30 (3), 511-531
- Silva, R. P. (2013). As especificidades da nova ATER para Agricultura Familiar. *Revista NERA*, 16 (23), 150-166.
- Timmer, W. J. (1954). Planejamento do trabalho em Extensão Agrícola.
- Thomson, C; Bergamasco, S. M. P. P.; Borsatto, R. S. (2018). A extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário e as consequências para a extensão rural brasileira. 1-15
- Wanderley, M. N. B. (2011). Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil.
- Wanderley, M. N. B.; Favareto, A. (2013). A singularidade do rural brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. *Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras*, 21, 413-472.

Submetido em: 01/2020

Aprovado em: 02/2020